

03

MULHERES INVISÍVEIS: FOME, POBREZA, RACISMO E QUESTÕES DE GÉNERO NO REINO UNIDO

Deirdre Woods



Deirdre Woods é uma feminista negra, deficiente, ativista que defende a justiça social e o descolonização, e praticante da alimentação comunitária. Ela é a copresidente da Rede Independente de Ajuda Alimentar (IFAN), com sede no Reino Unido.

A IFAN apoia e conecta uma gama de organizações independentes que lideram iniciativas de assistência alimentar, e defende as mesmas em nível nacional. A visão da IFAN é a de um país que não precisa de ajuda alimentar emergencial, no qual alimentos de qualidade são acessíveis a todos.

"O reavivamento do feminismo negro e da organização das mulheres negras no Reino Unido oferece uma renovação da esperança em todas os aspectos da vida — da segurança alimentar, comunidade e saúde, ao estudos acadêmicos, regulamentação e política."

AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais a Juana Camacho S. (Instituto Colombiano de Antropologia e História, ICAHN), Christina Schiavoni (Instituto Internacional de Estudos Sociais, ISS) e Emily Mattheisen (FIAN International) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO |

[Alisdare Hickson](#) / CC BY-SA 2.0.

1 The Guardian Letters (Cartas ao The Guardian). "Food banks are no solution to poverty" (Bancos de alimentação não são a solução para a pobreza). *The Guardian*, 24 de março, 2019. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/society/2019/mar/24/food-banks-are-no-solution-to-poverty; e Butler, Patrick. "Food bank network hands out record 1.6m food parcels in a year" (Rede de bancos de alimentos entregam um recorde de 1,6m de pacotes de mantimentos em um ano). *The Guardian*, 25 de abril de 2019. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/society/2019/apr/25/food-bank-network-hands-out-record-16m-food-parcels-in-a-year.

O Reino Unido atravessa uma crise: uma brecha cada vez maior entre aqueles que têm meios e os que não têm, austeridade, racismo, islamofobia, homofobia e xenofobia, um aumento do extremismo da direita, do entrincheiramento do poder corporativo e de políticas neoliberais são uma realidade cotidiana. O Brexit mergulhou o Reino Unido numa crise de incerteza. O Reino Unido está atolado numa crise de pobreza, de bem-estar social, crise imobiliária, de fome e de direitos humanos. No meio destas múltiplas crises, o impacto sobre as mulheres de cor permanece invisível.

O governo está legalmente obrigado pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Artigo 11) a garantir o direito humano à alimentação e nutrição adequadas para todos os que habitam o Reino Unido. Mas nos últimos anos o país tem visto grandes aumentos nos níveis de desnutrição, fome, uso de bancos de alimentos e ajuda alimentar¹, os quais são indicativos da regressão do país no cumprimento das suas obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos internacionais, incluindo o direito à alimentação e nutrição.

A desigualdade social, a discriminação e a violência do Estado estão por detrás dessa crise alimentar na quinta economia mais rica do mundo.

DESIGUALDADE E DISCRIMINAÇÃO

Em maio de 2019, o Relator Especial da ONU sobre pobreza extrema e direitos humanos, Professor Philip Alston, divulgou um relatório sobre a sua visita ao Reino Unido em novembro de 2018. O relatório condenou o governo britânico pelo seu programa de políticas de austeridade e cortes deliberados nos serviços públicos e na rede de previdência social, implementados desde 2010. Isso levou 14 milhões de pessoas, 25% da população, à pobreza. Mais pessoas são forçadas a escolher entre aquecimento ou alimentação, um número crescente de crianças está a ir para a escola com fome, e há um aumento no uso de bancos de alimentos.²

O relatório denuncia as desigualdades sistêmicas e as desvantagens que mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e minorias étnicas enfrentam. Alston afirma que:

as minorias étnicas correm um risco maior de se tornarem desabrigadas, têm menos acesso à assistência médica e experimentam taxas mais altas de mortalidade infantil. Os negros e as pessoas de origem sul-asiática são os mais propensos a viver na pobreza e privação, mas como resultado de mudanças nos impostos, benefícios e gastos públicos de 2010 a 2020, famílias negras e asiáticas com menor rendimento irão experimentar a maior queda média no padrão de vida, cerca de 20%. Na Inglaterra e na Escócia, as mudanças nos gastos públicos de 2010-2011 a 2021-2022 serão mais difíceis para os lares negros.³

Para as mulheres dessas comunidades, a situação é ainda mais grave. Mudanças nos benefícios e nas políticas sociais reduziram o apoio para as mulheres muito mais do que para os homens. Reduções na assistência social também significam que há um fardo mais pesado sobre os cuidadores primários, que geralmente são as mulheres. O relatório também informa que a expectativa de vida das mulheres em comunidades desfavorecidas estagnou, e para as 20% mais pobres, ela realmente caiu.

Juntamente com a austeridade, o Reino Unido vem assistindo ao desenvolvimento de um ambiente político hostil desde 2012,⁴ onde a política e a legislação são concebidas para dificultar a permanência dos migrantes indocumentados no Reino Unido. Isto teve um impacto devastador sobre os requerentes de asilo e refugiados, e comunidades da diáspora de antigas colônias. Os solicitantes de refúgio não têm acesso aos direitos humanos básicos a abrigo, assistência médica, trabalho e alimentação, e dependem de caridade para sobreviver. A chamada “geração Windrush” – pessoas de colônias britânicas que chegaram ao Reino Unido entre 1948 e 1971 de países das Caraíbas⁵ – e seus filhos, muitos dos quais nascidos no Reino Unido, tiveram a sua cidadania britânica questionada. Sem prova documental, estes tiveram os seus direitos humanos básicos retirados nos últimos anos. Estas pessoas chegaram sob políticas de imigração ligadas às colônias britânicas, o que lhes permitiu o direito legal de se estabelecerem no Reino Unido como cidadãos britânicos. Eles não precisaram nem receberam documentos após a entrada no Reino Unido. Uma série de atos discriminatórios de sucessivos governos levou a mudanças nas leis de imigração a partir de 1965,⁶ e cartões de desembarque foram destruídos em 2010.⁷ Recentemente, muitas pessoas foram impedidas de entrar no Reino Unido, perderam benefícios ou foram deportadas de regresso aos países de origem, com os quais já não têm nenhum vínculo, tendo passado toda ou a maior parte de suas vidas no Reino Unido.⁸

2 Alston, Philip. *Visita ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte - Relatório do Relator Especial da ONU sobre a pobreza extrema e direitos humanos*. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. A/HRC/41/39/Add.1. 23 de abril de 2019. Disponível em inglês, espanhol, chinês, francês, árabe e russo em: <https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/HRC/41/39/Add.%201>.

3 Nota Supracitada, 2.

4 Global Justice Now (Justiça Global Agora). “The hostile environment for immigrants — How Theresa May has created an underclass in the UK” (Ambiente hostil para os imigrantes — Como Theresa May criou uma subclasse no Reino Unido). “Relatório para os colaboradores, fevereiro de 2018. Disponível em inglês em: www.globaljustice.org.uk/resources/hostile-environment-immigrants.

5 Este termo é uma referência ao navio MV Empire Windrush, que chegou a Tilbury Docks, Essex, em 22 de junho de 1948, trazendo trabalhadores da Jamaica, Trinidad e Tobago e outras ilhas, como resposta à escassez de mão-de-obra do pós-guerra no Reino Unido. O navio transportava 492 passageiros — muitos deles crianças. BBC Notícias. “Geração Windrush: Quem são eles e por que enfrentam problemas?” BBC, 18 de abril de 2018. Disponível em inglês: www.bbc.com/news/uk-43782241.

6 Eddo-Lodge, Reni. *Why I'm No Longer Talking To White People About Race* (Por que eu não estou mais falando com pessoas brancas sobre raça). Londres: Bloomsbury Publishing, 2017.

7 Gentleman, Amelia. “Ministério do Interior (Home Office) destruiu os cartões de desembarque do Windrush, diz ex-funcionário. *The Guardian*, 17 de abril de 2018. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/uk-news/2018/apr/17/home-office-destroyed-windrush-landing-cards-says-ex-staffer.

8 Perkins Anne, e Amelia Gentleman. “Home Office destroyed Windrush landing cards, says ex-staffer” (O governo sabia há anos que a geração Windrush sofria com o ambiente hostil). *The Guardian*, 23 de abril de 2018. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/uk-news/2018/apr/22/government-aware-for-years-that-hostile-environment-hurt-windrush-generation.

9 Diangelo, Robin. *White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk About Racism* (Fragilidade Branca: Por que é tão difícil para as pessoas brancas falar sobre racismo). Boston: Beacon Press, 2018.

10 Para mais informações, consulte: GOV.UK. “Etnicidade factos e números, população do Reino Unido por etnia - população masculina e feminina”. 1 de agosto de 2018. Disponível em inglês em: www.ethnicity-facts-figures.service.gov.uk/uk-population-by-ethnicity/demographics/male-and-female-populations/latest#by-ethnicity; e GOV.UK. “Etnicidade factos e números, população do Reino Unido por etnia-População da Inglaterra e País de Gales”. 1º de agosto de 2018. Disponível em inglês em: www.ethnicity-facts-figures.service.gov.uk/uk-population-by-ethnicity/national-and-regional-populations/population-of-england-and-wales/latest.

11 Mills, Charles W. “Global white ignorance” (Ignorância branca global). Em *Routledge International Handbook of Ignorance Studies* (Manual Internacional de Estudos da Ignorância). 217-227. Taylor e Francis Inc., 2015.

12 Mueller, Jennifer C. “Producing Colorblindness: Everyday Mechanisms of White Ignorance” (Produzindo daltonismo: mecanismos quotidianos de ignorância branca). *Social Problems (Problemas Sociais)*, 64:2 (2017):219-238. Disponível em inglês em: academic.oup.com/socpro/article-abstract/64/2/219/3058571?redirectedFrom=Fulltext.

13 Mirza, Heidi. “Black British feminism then and now” (Feminismo britânico negro ontem e hoje). *Media Diversified* 13 de março de 2014. Disponível em inglês em: mediadiversified.org/2014/03/23/black-british-feminism-then-and-now/.

14 Interseccionalidade é um conceito usado para descrever como pessoas, ou grupos de pessoas, são desfavorecidos por múltiplas fontes de preconceito e discriminação, devido à sua sobreposição de identidades e experiências, por exemplo, raça, classe, identidade de género, orientação sexual, religião, etc. Isso é discutido mais abaixo na secção “Em defesa dos direitos da feminista negra: interseccionalidade e mudança social”.

15 Hall, Sarah-Marie et al. *Intersecting Inequalities: The Impact of Austerity on Black and Minority Ethnic Women in the UK* (Desigualdades interligadas: o impacto da austeridade nas mulheres negras e etnias minoritárias no Reino Unido). Women’s Budget Group and Runnymede Trust, 2017. P. 10. Disponível em inglês em: www.intersecting-inequalities.com.

Estas medidas só podem ser vistas como o imperialismo britânico moderno, onde os sistemas de dominação política, social e económica dominantes são brancos, normativos e/ou supremacistas⁹ Raça, etnia, género e descriminação são as ferramentas dos corpos colonizadores e são formas de ser e conhecer. Mulheres negras, outras mulheres de cor, mulheres migrantes e refugiadas – que representam cerca de 6,5% da população do Reino Unido¹⁰ – são marginalizadas, excluídas e sub-representadas. As vozes das mulheres negras são muitas vezes silenciadas, sujeitas à violência estatal, doméstica e pública

Neste cenário, o acesso à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, ao trabalho digno e a outros direitos económicos, sociais e culturais está profundamente comprometido para as mulheres de cor. Estas mulheres são invisíveis nas políticas, nos dados e pesquisas, contribuindo para uma maior marginalização.

SUPRESSÃO E DALTONISMO NA ANÁLISE DA RECOLHA DE DADOS

O governo do Reino Unido está a fechar os olhos para a escalada da pobreza nacional e o seu impacto, particularmente no que se refere à fome e grupos marginalizados, e ao impacto específico sobre as mulheres. Tal invisibilidade e ostracismo foram descritos como “mecanismos quotidianos da ignorância branca”¹¹ – por outras palavras, uma visão de mundo da normatividade branca.¹² Além disso, “[uma] realidade muito básica é que as forças do racismo estrutural e do sexismo estão sempre a mudar, criando novas formas de discriminação”.¹³ Tais atitudes e práticas, e em particular o daltonismo, também são reproduzidos e reforçados no ambiente académico. Existe uma enorme lacuna na análise e pesquisa sobre as dimensões intersectoriais¹⁴ dimensões de género, classe, raça e discriminação no estudo da insegurança alimentar, escassez de terra ou desenvolvimento global (em toda região sul global e norte global).

Um estudo sobre o impacto da austeridade em mulheres negras e de minorias étnicas no Reino Unido, liderado por mulheres de comunidades em Coventry e Manchester, mostrou que as mulheres de cor eram mais propensas a morar em lares pobres totalizando 40% da África/Caraíbas, 46% das mulheres paquistanesas e 50% das mulheres de Bangladesh.¹⁵ É claro que as mulheres de cor enfrentam níveis mais altos de discriminação, mas a análise, inclusive de dentro das nossas próprias organizações, deixa de abordá-la.

Outras análises económicas também perdem a oportunidade de medir a percentagem de mulheres de cor usando ajuda alimentar, e fornecer uma análise interseccional sobre a insegurança alimentar das famílias.

A autora deste artigo encontrou apenas dois estudos que abordam insegurança alimentar, raça e género no Reino Unido. Um deles estava limitado a usuários de bancos de alimentos no interior de Londres. Esse estudo em particular mostrou que cerca de 55,9% dos usuários de banco de alimentos no Reino Unido são mulheres,¹⁶ sendo a maioria mulheres negras e asiáticas. No entanto, o estudo falhou em explorar a relação entre raça, género e dependência na assistência social. O segundo estudo, conduzido pela vice-presidente da Rede de Assistência Alimentar Independente (IFAN), dra. Madeleine Power, analisou as experiências de mulheres asiáticas e brancas com bancos de alimentos no nordeste da Inglaterra.¹⁷ Foi o primeiro estudo desse tipo, mas ainda não explorou o racismo estrutural e de género e, em vez disso, olhou para a diferença cultural.

Também não há pesquisas sobre mulheres de cor que são produtoras de alimentos ou trabalhadoras do sector de alimentos, ou de mulheres negras homossexuais e pessoas não-binárias,¹⁸ e o seu direito à alimentação e nutrição no Reino Unido.

Além da falta de dados e análises sobre o impacto da insegurança alimentar e da pobreza sobre as mulheres de cor, não há pesquisas sobre essas questões lideradas por mulheres de cor. Menos de 1% dos professores universitários são mulheres negras; há apenas 25 professoras negras no Reino Unido, e elas tiveram que "superar o *bullying*, os estereótipos e a negligência institucional para avançar na carreira".¹⁹ Esse patriarcado, violência e racismo institucionalizados marginalizam e oprimem ainda mais as mulheres negras, e suprime e desvaloriza a produção de conhecimento.

Essas lacunas na pesquisa, análise e representação reduzem a capacidade de defender essas mulheres não apenas pelas organizações tradicionais, mas também pelos legisladores e políticos, mulheres negras e organizações lideradas por negros. A promoção de uma análise interseccional do direito à alimentação e outras questões de direitos humanos enfrentadas pelas comunidades de cor no Reino Unido e a garantia de espaço para o ativismo de direitos liderados por mulheres de cor são fundamentais para o desenvolvimento de políticas e programas públicos que possam realmente abordar as múltiplas formas de discriminação e violações de direitos que elas enfrentam.

EM DEFESA DOS DIREITOS DA FEMINISTA NEGRA: INTERSECCIONALIDADE E MUDANÇA SOCIAL

As teorias feministas negras afirmam que a experiência de um duplo fardo de discriminação racial e de género gera diferentes interpretações e expressões de sua posição em relação ao sexismo, à opressão de classe e ao racismo.²⁰

Interseccionalidade, uma teoria desenvolvida pela advogada afro-americana negra Kimberlé Crenshaw, é uma ferramenta para a prática e uma base para analisar as intersecções de raça e género dentro da complexidade do poder, racismo sistémico e outras opressões estruturais, como classe, idade, orientação sexual e deficiências.²¹ Numa palestra recente de Crenshaw em Londres, ela enfatizou a importância da raça na análise interseccional: "focar as experiências de pessoas negras e mulatas nos fracassos e inadequações das estruturas normativas capitalistas, patriarcais e brancas", reiterou ela, "sem incluir raça, é não abordar a interseccionalidade".²²

Em toda a Europa, a raça está sendo despolitizada através da obliteração da raça na interseccionalidade ou seja, considerando as intersecções de género, classe, deficiências e outras opressões, mas não a raça. Isso deve-se ao eurocentrismo de extrema direita na política alemã e francesa, bem como às feministas brancas,²³ que frequentemente o mascaram na forma de multiculturalismo. No entanto, isso não eliminou o racismo.²⁴ No contexto europeu, essa reprodução acrítica do racismo por parte de algumas feministas é uma "obliteração tanto das realidades contemporâneas de sujeitos interseccionais, quanto da história das categorias raciais e dos processos de "racialização" em toda a Europa".²⁵

O Modelo de Abordagem Interseccional para Políticas e Mudanças Sociais, desenvolvido pela dra. Nicole Mason, com a meta de contribuir com a eliminação da invisibilidade das mulheres de cor nas políticas públicas, oferece uma ferramenta para

16 Prayogo, Edwina et al. "Who uses foodbanks and why? Exploring the impact of financial strain and adverse life events on food insecurity" (Quem usa bancos de alimentos e por quê? Explorando o impacto da tensão financeira e eventos adversos para quem vive com insegurança alimentar). *Journal of Public Health* 40:4 (2018): 676-683, em inglês.

17 Power, Maddy, Neil Small, e Kate E. Pickett. "Hidden hunger? Experiences of food insecurity amongst Pakistani and white British women" (Fome oculta? Experiências de insegurança alimentar entre mulheres britânicas paquistanesas e brancas). *British Food Journal* 120:11 (2018): 2716-2732. Disponível em inglês em: www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/BFJ-06-2018-0342.

18 Não-binário, também conhecido como *genderqueer*, é um espectro de identidades de género que não são exclusivamente masculinas ou femininas, ou seja, identidades de género e/ou expressões de género que não são definidas pelos conceitos de homem e mulher, mas não diferem totalmente desses termos. Para mais informações sobre terminologia, consulte: www.glaad.org/reference/transgender (em inglês).

19 Adams Richard, e David Batty. "Black female professors must deal with bullying to win promotion, report finds" (Professoras negras devem lidar com o *bullying* para serem promovidas). *The Guardian*, 3 de fevereiro de 2019. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/education/2019/feb/04/black-female-professors-report.

20 Para mais informações sobre o feminismo negro, consulte: Code, Lorraine, ed. *Encyclopedia of Feminist Theories* (Enciclopédia de teorias feministas). Routledge, 2000, e Collins, Patricia H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de Empoderamento). New York: Routledge, 1990.

21 Crenshaw, Kimberlé. "Desmarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics" (Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina de antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista). *Forum Jurídico da University of Chicago* (1989):139-197.

22 Crenshaw, Kimberlé. "Mythbusting Intersectionality: UK" (Desmistificando a interseccionalida-

de: Reino Unido), no Forum de Políticas Afro-Americanas, Universidade de Westminster, Londres, 28 de maio 2019. Disponível em inglês em: aapf.org.

23 Roig, Emilia. "Intersectionality in Europe: a depoliticized concept?" (Interseccionalidade na Europa: um conceito despoliticizado?) *Völkerrechtsblog*, 6 de março de 2018. Disponível em inglês em: voelkerrechtsblog.org/intersectionality-in-europe-a-depoliticized-concept.

24 Lentin, Alana. "Racism in a post-racial Europe" (Racismo na Europa pós-racial). *Eurozine*, 24 de novembro de 2011. Disponível em inglês em: www.eurozine.com/racism-in-a-post-racial-europe.

25 Lewis, Gail. "Unsafe Travel: Experiencing Intersectionality and Feminist Displacements" (Viagem insegura: experimentando a interseccionalidade e os deslocamentos feministas). *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 38(4) (2013): 869–892. Disponível em inglês em: oro.open.ac.uk/32373/8/Lewis_669609_Final_published_PDF.pdf.

26 Mason, C. Nicole. "Leading at the Intersections: An Introduction to the Intersectional Approach Model for Policy & Social Change" (Liderando as interseções: uma introdução ao modelo de abordagem interseccional para políticas e mudança social). *Women of Color Policy Network*, n.d. Disponível em inglês em: www.intergroupresources.com/rc/Intersectionality%20primer%20%20Women%20of%20Color%20Policy%20Network.pdf.

27 Alston. Nota *supracitada* 2.

28 Alkon, Alison H., e Agyeman, Julian. *Cultivating Food Justice: Race, Class, and Sustainability* (Cultivando justiça alimentar: raça, classe e sustentabilidade). Chicago: MIT Press, 2011.

29 Kneafsey, Moya et al. "Capacity Building for Food Justice in England: The Contribution of Charity-Led Community Food Initiatives" (Capacitação para a justiça alimentar na Inglaterra: contribuição de iniciativas Alimentares comunitárias de caridade). *Local Environment* 0 (0) (2016): 1–14. Disponível em inglês em: www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13549839.2016.1245717; e Moragues-Faus, Ana. "Problematising Justice Definitions in Public Food Security - Debates: Towards Global and Participative Food Justices" (Problematizando as definições de justiça na segurança alimentar pública — debates: rumo a justiça alimentar global e participativa). *Geoforum* 84 (2017): 95–106.

analisar e desenvolver estratégias para lidar com os problemas de escassez de alimentos, fome, raça e gênero. Ele analisa as causas macro e micro da desigualdade e examina diferentes interseccionalidades — estruturais, políticas, económicas, representativas e institucionais. Este modelo procura abordar melhor as causas profundas das desigualdades e “desafia as agendas organizadas ao redor de um único tema, estruturas políticas e modelos de legislação”.²⁶

Abordar as violações do direito à alimentação e nutrição requer uma análise holística das questões estruturais e factores existentes nas políticas sectoriais e na organização ativista que contribuem para uma violação. A insegurança alimentar para as mulheres de cor no Reino Unido é resultado de políticas sociais inadequadas em muitas áreas. Abordar apenas uma área negligencia as múltiplas formas de violência nas quais a pobreza, a marginalização e a discriminação têm impacto nas pessoas e comunidades.

A FOME, A POBREZA E A LUTA PELA JUSTIÇA SOCIAL

Embora o governo do Reino Unido rejeite o relatório de Alston numa demonstração de arrogância imperialista, a recomendação do relator especial da ONU de “rever e remediar a desvantagem sistemática infligida às mulheres, crianças e pessoas com deficiência, idosos e minorias étnicas pelas políticas atuais”²⁷ é bastante debilitada sem um corpo mais substancial de pesquisa e evidências. Mais importante, no entanto, é a ausência de vontade política para desmantelar instituições profundamente arraigadas na opressão.

Na luta pela equidade económica e pela justiça racial e de gênero, consagrar o direito à alimentação e nutrição na legislação do Reino Unido ajudará a combater as raízes profundas das desigualdades sociais e económicas e é um pré-requisito para mudanças estruturais de longo prazo. O paradigma emergente da ‘justiça alimentar’²⁸ no Reino Unido baseia-se numa abordagem interseccional do direito à alimentação e nutrição, com uma certa liderança das mulheres negras. A justiça alimentar exige considerações críticas de como trabalhar em prol de sistemas alimentares sustentáveis e justos e destaca a necessidade de desenvolver entendimentos dentro de um modelo interseccional de justiça social moldado por diversas comunidades no contexto de dinâmicas de poder de gênero, raça e classe.²⁹

Há uma necessidade de articular diferentes narrativas em nossa análise e defesa, incluindo a teoria crítica da raça,³⁰ o colonialismo do poder,³¹ e as teorias descolonialistas,³² bem como estruturas como a interseccionalidade, todas as quais oferecem alguma luz. Como estruturas emancipatórias, elas abrem sistemas de conhecimento pluralistas e praxes que vão além da dualidade cartesiana patriarcal do ambiente académico. Há também a necessidade de aumentar a visibilidade das mulheres negras e construir movimentos que as defendam e capacidade, inspirados nas diversas formas de ser, fazer e conhecer.

Para as mulheres de cor:

*questões de poder, exclusão e marginalização devem informar nosso ativismo. Isso deveria ser em termos de priorização de questões, cujas realidades abordamos e representamos. Quando fazemos isso, nos movemos em direção a uma visão mais holística de assegurar que todos estejam sendo levados adiante por um movimento que pretende ter uma natureza universal.*³³

O aumento da insegurança alimentar em comunidades de cor é uma clara indicação de exclusão e marginalização, e é um claro apelo para repensarmos as nossas estratégias de defesa e representação de líderes e vozes dentro dos movimentos ativistas pelo direito à alimentação e à soberania alimentar.

O reavivamento do feminismo negro e da organização das mulheres negras no Reino Unido oferece novas esperanças em todas as áreas da vida — da segurança alimentar, comunidade e saúde, ao ambiente académico, política e legislação. Novos movimentos e organizações como a KIN estão a assumir a liderança antes ocupada pelas feministas britânicas nos anos 70 e 80 e alimentada pela resiliência e resistência das mulheres de cor na sociedade britânica para continuar a luta. A KIN, através de uma série de palestras e eventos, reúne ativistas e organizadores negros de todas as idades, classes e géneros, abraçando fronteiras e lutas distintas e oferecendo apoio mútuo, colaboração e construção de estratégias para a libertação.³⁴

O direito à alimentação e à nutrição não pode ser alcançado sem a liderança daqueles que são mais oprimidos no sistema alimentar global e económico, e aqueles que estão em maior risco de ser alvos de políticas sociais estatais regressivas. As mulheres negras estão a entrar em papéis de liderança, construindo capacidade para outras mulheres negras e não-binárias, construindo alianças e solidariedade com outras lutas, e possibilitando que as mulheres negras sejam vistas e ouvidas.

30 Teoria Crítica da Raça (TCR) é uma estrutura teórica das ciências sociais que usa a teoria crítica para examinar a sociedade e a cultura no que diz respeito às categorias de raça, lei e poder. Para mais informações, consulte: en.wikipedia.org/wiki/Critical_race_theory.

31 O colonialismo do poder é um conceito que interrelaciona as práticas e legados do colonialismo europeu em ordens sociais e formas de conhecimento, avançado em estudos pós-coloniais, estudos sobre descolonialismo e estudos subalternos latino-americanos, mais proeminentemente por Anibal Quijano. O conceito identifica e descreve o legado vivo do colonialismo nas sociedades contemporâneas na forma de discriminação social, que sobreviveu ao colonialismo formal e se integrou em sucessivas ordens sociais. Para mais informações, consulte: en.wikipedia.org/wiki/Coloniality_of_power; e Maldonado-Torres, Nelson. "Outline of Ten Theses on Coloniality and Decoloniality" (Esboço de dez teses sobre colonialidade e descolonialidade). Fondation Frantz Fanon, 2016.

32 As teorias descolonialistas emergem do descolonialismo ou do colonialismo, termo usado principalmente por um movimento latino-americano emergente que se concentra na compreensão da modernidade no contexto de uma forma de teoria crítica aplicada a estudos étnicos e, cada vez mais, estudos de género e área. Para mais informações, consulte: en.wikipedia.org/wiki/Decoloniality.

33 Sudhanagarajan, Chitra. "Enough talk about intersectionality. let's get on with it" (Chega de falar sobre interseccionalidade. Vamos avançá-la). *Chitra Nagarjan*, 26 de fevereiro de 2014. Disponível em inglês em: chitrasudhanagarajan.wordpress.com/2014/02/26/enough-talk-about-intersectionality-lets-get-on-with-it/.

34 Para mais informações, consulte: www.kinfolknetwork.com.



EM RESUMO

A insegurança alimentar entre as comunidades de cor, particularmente as mulheres negras no Reino Unido, é resultado de políticas sociais inadequadas em muitas questões e uma clara indicação de exclusão e marginalização.

As brechas na pesquisa, análise e representação reduzem a capacidade de defender os direitos dessas mulheres não apenas pelas organizações tradicionais, mas também pelos legisladores e políticos, mulheres negras e organizações lideradas por negros.

Uma estrutura interseccional da justiça social — moldada por diversas comunidades no contexto de dinâmicas de poder de género, raça e classe — pode ser emancipatória e esclarecedora para as mulheres negras.

A promoção da análise interseccional do direito à alimentação e outras questões de direitos humanos enfrentadas pelas comunidades de cor no Reino Unido garante espaço para a defesa de direitos.



CONCEITOS PRINCIPAIS

- Interseccionalidade é uma ferramenta para a prática, e uma base para analisar as interseções de raça e género dentro da complexidade do poder, do racismo sistêmico e de outras opressões estruturais.
- A justiça alimentar reconhece a influência da raça e da classe na produção, distribuição e consumo de alimentos no sistema alimentar. Ela procura resolver as causas e disparidades estruturais, ao se afastar de quadros teóricos sociais e ambientais estabelecidos para efetuar mudanças políticas e soluções práticas.
- As teorias feministas negras afirmam que as experiências das mulheres negras dão origem a uma compreensão particular da sua posição em relação ao sexismo, à opressão de classe e ao racismo.



PALAVRAS-CHAVE

- Direitos da Mulher e Género
- Interseccionalidade
- Monitoramento e Responsabilidade
- Protecção Social Raça